



O BRINCAR E A PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL: APONTAMENTOS DA E À EDUCAÇÃO INFANTIL

Hanna Tamires Gomes Corrêa Leão Teixeira ¹

RESUMO

O presente artigo possui o objetivo de “investigar como o brincar nas ações da educação infantil de Belém-PA pode ser protetor contra violência sexual”, é escrito a partir da necessidade da educação infantil se posicionar como um espaço de prevenção à violência sexual contra crianças, a considerar que a família não é a única responsável pela proteção das crianças e os dados estatísticos (Brasil, 2022) demonstram que é em casa que a maioria das violências ocorrem, demonstram também que sendo recorrente no ensino fundamental. Logo, a educação infantil e toda sua ludicidade e potencialidade em formar crianças com autonomia é o espaço perfeito para brincadeiras e interações de prevenção à violência sexual. Por meio de uma pesquisa qualitativa, participante (Brandão, 2003) e colaborativa (Ibiapina, 2008) apresentamos as experiências que os profissionais da rede pública da educação infantil de Belém têm traçado para proteção. Os resultados estão constituídos por músicas, contações de histórias, faz de conta, brincadeiras criadas pelas crianças, entre outras interações. Esses resultados apontam como a prevenção pode e deve ser feita de forma lúdica e adequada à idade das crianças. Em suma, apresentamos como culturas infantis de prevenção à violência sexual contra crianças são traçadas na educação infantil de Belém-PA.

Palavras-chave: Ludicidade, Prevenção, Sexualidade, Infâncias.

Introdução

Como temas tão contraditórios podem estar relacionados aqui? Como utilizar a felicidade do brincar para evitar a amargura da violência sexual contra crianças? Como desenvolver a interação na educação infantil para uma educação sexual protetora? Todas essas questões nos direcionaram à curiosidade epistemológica que rege esse artigo: como educadoras e educadores da educação infantil de Belém/PA têm vivenciado *práxis* de prevenção à violência sexual? Nesse sentido, objetivamos investigar como o brincar nas ações da educação infantil de Belém-PA pode ser protetor contra violência sexual.

A presente pesquisa é um recorte da Tese intitulada: “criança com autonomia é mais protegida: *práxis* freireana a partir da educação infantil para prevenção à violência sexual”, apresentada em 28 de novembro de 2024 ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará. Disponível em: 3ª turma – Ano 2021 – PPGED. Acesso em: 18 jan. 2025. De financiamento próprio.

Falar sobre violência é sempre doloroso, e de violência sexual, que é praticada contra crianças, tem um pesar ainda maior. Todavia, temas dolorosos não deveriam ser mudos, pelo contrário, há necessidade de serem debatidos,

¹ Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Pará - UEPA. Docente da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP, hannaleao@unifap.br

denunciados e enfrentados, a fim de que dores, ao invés de se perpetuarem como um eco silencioso, gerem palavras de luta e de libertação.

Arroyo (2007) em sua obra “Imagens Quebradas” convoca educadoras e educadores a entender os educandos em sua realidade, sem imagens essencializadas e perfeitas da infância. Suas imagens foram quebradas pela concretude da vida, não há em sala de aula somente crianças que idealizamos, com infâncias felizes e seguras. Assim, torna-se urgente que novas imagens da pedagogia sejam traçadas, pois a forma com que educandos são vistos muda a forma com que a educação e o trabalho docente são feitos. Nas palavras do autor:

Idealizamos a infância e sua educação. As metáforas de beleza, flor, bondade e generosidade nos parecem por séculos as mais apropriadas. É compreensível que agora nos estranhemos: não vivemos mais cercados pela beleza nem pela bondade. As escolas deixaram de ser jardins de infância e nós deixamos de ser jardineiros. A realidade social e moral da infância-adolescência tenciona nossas metáforas. Revela contradições incômodas (Arroyo, 2007, p. 37).

Porém, as contradições e mazelas com as quais nos deparamos pelos corredores das escolas não imobilizam educadores. Conhecer a realidade conflituosa pode ser um incentivo, ao invés de um desânimo, pode ser resolução ao invés de imobilização. Quanto mais a infância é atingida há mais educadores em prol dela, novas pedagogias são traçadas pela sensibilização, não uma sensibilização romântica, às vezes pode ser de espanto ou de incômodo, mas a sensibilização tem movido a pedagogia; sem ela, há somente didática.

A sensibilidade para com a realidade da infância sempre foi a grande inspiração para redefinir a pedagogia. Neste momento, quanto mais a história social da infância e as condições de ser criança ou adolescente se deterioram, maior poderá ser o espanto e a sensibilidade profissional daqueles que dela cuidam por ofício. Quanto mais a infância é golpeada pela sem-razão, maiores os cuidados a que tem direito, maior a razão com que dela deveremos aproximar-nos para entendê-la e acompanhá-la. (Arroyo, 2007, p. 18).

Essa sensibilização ao tema faz com que ele seja traçado a partir de uma ótica inteira do ser humano e da interação deles, não somente a partir dos intelectuais da academia, mas tecida a partir dos profissionais que fazem o chão da educação infantil, educadoras e educadores constituídos por aspirações, histórias, medos, poesias e lutas. Nessa tessitura conjunta que a sensibilização pode causar, há grande validade, como pontua Brandão (2003, p.88):

Estou convencido de que os momentos mais férteis e os grandes saltos de qualidade que vemos acontecendo nas diversas experiências de pesquisa em educação, sobre a educação, para a educação e através da educação resulta de um aprendizado de alternativas de pensar e de investigar provenientes de outros campos das ciências humanas de algum modo sempre relacionados com a educação. Provenientes também de outros diferentes campos da criação de pensamentos e de imagens a respeito da vida e da pessoa humana, da sociedade e da cultura; de cada uma delas e das muitas maneiras como elas interagem e entretecem juntas o tecido de algo a que nós damos o nome de educação.

Assim, nesse campo de pesquisa francamente social, que é a educação, urge a necessidade de pesquisar sobre violência sexual contra crianças, formas de combatê-la e, principalmente, de preveni-la desde a educação infantil. Essa deveria ser uma pauta comum entre os profissionais da educação, devido aos números constantes de violência sexual contra crianças e adolescentes e ao papel protetor da escola, como demonstram os dados do Disk 100 e do Estatuto da Criança e do adolescente.

O relatório (Brasil, 2020) do Disk 100 (Disk Direitos Humanos), disponibilizado em 2020 com dados de 2019, registrou 633 casos no estado do Pará, onde a pesquisa foi realizada, e 17.029 casos de denúncia desse tipo de violência no Brasil, dos quais 45% ocorreram na casa da própria vítima e, em 40% dos casos, foram cometidos por

pais e padrastos. Diante disso, é crucial que outros setores da sociedade estejam atentos aos sinais de crianças violentadas e atentos a ensiná-las a se proteger e reconhecer toques afetivos saudáveis e toques violentos.

Já os dados disponibilizados em 2023 pelo boletim epidemiológico do Ministério da Saúde, que versa sobre “Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021” (Brasil, 2023), apontaram que o último ano analisado -2021- teve o maior número de registros, alcançando a marca de 35.196 casos.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Brasil, 2022), destaca que 82,5% dos casos de abuso ocorrem por pessoas conhecidas das vítimas, ou seja, acontecem nos ambientes frequentados por essas crianças e poderiam ser prevenidos caso as crianças conhecessem estratégias de combate simples, como demonstra o estudo de Ferreira (2020) que afirma que o maior receio dos abusadores é que as crianças gritem e outros descubram a tentativa de abuso.

Diante disso, a escola é o lugar que precisa se posicionar para educar sexualmente as crianças para reconhecerem violências. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022, p. 5) ressalta esse potencial preventivo na escola:

Aqui chamo a atenção para algo que temos defendido constantemente, que é a escola como elemento estratégico fundamental para o enfrentamento do estupro de vulnerável. Isso nos parece muito claro diante da informação que essa violência é preponderantemente intrafamiliar e ocorre dentro de casa. Sabemos que o enfrentamento de violências não se dá apenas no âmbito da segurança pública e acreditamos que este é um exemplo típico disso. A escola pode ajudar (e já ajuda) no processo de identificação e denúncia, mas, sobretudo, no processo de prevenção. Muitas vezes o abusador se aproveita da ignorância da criança e, se ela tiver consciência, dependendo da situação, pode mesmo evitar que o abuso ocorra.

Outro dado relevante que relaciona a temática à educação diz respeito a 83% das vítimas, conforme o Disk 100 (Brasil 2021), terem o fundamental incompleto. Na maioria dos casos, essas vítimas estão cursando o Ensino Fundamental. Ademais, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022) demonstra que o menor número de crianças vítimas de estupro é representado pelas crianças de zero a quatro anos.

Logo, há a necessidade de os educadores, principalmente os da educação infantil, participarem ativamente da rede de proteção destes sujeitos, trabalhando com prevenção antes que as violências ocorram. É importante, portanto, dialogar com eles sobre sexualidade e autonomia, além de estarem preparados com escuta especializada e com domínio do Sistema de Garantia de Direitos, a fim de notificar quaisquer sinais de violação, como consta na Constituição Federal de 1988, no artigo 227 e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8.069/90), no artigo 5.

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao lazer e à profissionalização, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 5 Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

O ECA (Brasil,1990) além de considerar como punível qualquer sujeito que pratica ou omite violência contra crianças e adolescentes, apresenta diretrizes concretas de como a sociedade deve assumir o papel de protetora dos direitos desses sujeitos. Dentre essas diretrizes, destacam-se a formação de profissionais da educação e a pesquisa.

Art. 70 A- III formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente;

Art. 88 X realização e divulgação de pesquisas sobre desenvolvimento infantil e sobre prevenção da violência.

Nesse sentido, é de responsabilidade de todos atuar nessa proteção, para isso é importante compreendermos que existem diversas infâncias no Brasil, as quais têm sido historicamente negadas. Apesar de toda potencialidade das crianças e da enorme importância que há em pesquisá-las devido à sua presença demográfica, transformações de gerações para gerações, contextos de exclusão, miserabilidade e violência aos quais muitas crianças são submetidas, a infância ainda vem se firmando enquanto área de referência, conforme Sarmento (2009).

Isso se dá devido à história ocidental e à ciência moderna subalternizarem e invisibilizarem determinados sujeitos. As crianças não têm sido consideradas como sujeitos de direitos e responsabilidades de todos, elas ainda se encontram submetidas ao espaço privado, que é a família, o controle absoluto dos adultos sobre as crianças.

Porém, a sociologia da infância apresenta uma contrapartida, demonstrando que a infância é relevante e tem impacto em toda a sociedade, nas palavras do autor: “ao estudar a infância, não é apenas com as crianças que a disciplina se ocupa: é, com efeito, a totalidade da realidade social o que ocupa a Sociologia da Infância” (Sarmento, 2009, p.3). Com isso, ao discorrermos sobre brincadeiras e interações de prevenção à violência sexual também compreendemos sobre a realidade, sobre as infâncias e sobre o que é sexualidade e educação sexual.

A sexualidade é compreendida aqui como algo inerente à infância, pois ambas são marcadas por extrema curiosidade. Sexualidade é para além do biológico, perpassa por sentimentos, por afetividade, por relação consigo e com o outro, por formação da personalidade de cada indivíduo

A educação sexual não ensina crianças a fazerem sexo, pelo contrário, contribui para uma educação emocional, para compreensão do que são relacionamentos, partes íntimas do corpo, partes privadas do corpo, limite corporal, consentimento, respeito, compreensão da existência de outros sujeitos diferentes de mim, autonomia para se manifestar e expressar. Com isso, é uma educação que ajuda a prevenir abusos sexuais, além de formar a pessoa com o intuito de ser mais.

A educação sexual não é voltada somente para determinada faixa etária, deve ser trabalhada desde o início da vida da criança, estabelecendo relações de afeto, de respeito e de autonomia, pois na primeira infância é o momento em que as crianças estão criando maiores conexões cerebrais para aprender.

Tendo isso em vista, a metodologia da presente pesquisa investiga essa prevenção a partir da educação infantil de Belém-PA por meio de uma pesquisa qualitativa, situada na complexidade da temática e na potencialidade de transformação da realidade. Trata-se de uma pesquisa participante (Brandão, 2003) e colaborativa (Ibiapina, 2008). Participante por beber nas fontes da educação popular, que se dá por e para as comunidades. Colaborativa pelo senso “Ubuntu” que vê a necessidade de a proteção ser realizada a muitas mãos e cada uma delas com funções cruciais.

O lócus da pesquisa é a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) da cidade de Belém-PA, todas as 150 (cento e cinquenta) escolas de educação infantil foram convidadas a participar da investigação enviando um pedagogo que se voluntariasse a trabalhar com a temática. Dentre as 150 escolas de educação infantil que foram convidadas a participar da pesquisa, voluntariaram-se apenas 27 escolas, algumas solicitaram que mais de um participante da sua escola pudesse participar, devido ao interesse. Com isso, temos 39 sujeitos e 27 instituições de ensino. As Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI), Unidades de Educação Infantil (UEI) e Unidades Pedagógicas (UP). Quanto ao perfil dos participantes, destacamos que são em sua maioria mulheres, diretoras, na casa dos quarenta anos e entre onze e quinze anos de atuação na educação.

Além de levantamento bibliográfico e documental a pesquisa ocorreu com trabalho de campo o qual ocorreu em quatro momentos com o coletivo de docentes da educação infantil da cidade de Belém em um auditório da Universidade do Estado do Pará: o primeiro, a diagnose, por meio de rodas de conversas; o segundo, através dos círculos de cultura de formação freireana para prevenção, envolvendo estudos sobre o tema e a elaboração de projetos; o terceiro, acompanhamento da implantação dos projetos e o quarto, a partilha dos relatórios das experiências desenvolvidas por cada escola participante. Essas ações foram com professores, responsáveis, comunidades e com as crianças. No presente recorte damos ênfase às interações e brincadeiras de prevenção à violência sexual desenvolvidas com as crianças.

Assim, a produção simbólica dos dados se deu pela partilha e diálogo sobre relatórios de atividades desenvolvidas com crianças, as quais aparecem nas fotos retiradas desses relatórios, seus rostos são cobertos com margaridas alaranjadas, as quais são símbolos da prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes, foram colocadas com o intuito de preservar a identidade dessas crianças. Os cuidados éticos foram atendidos com Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aprovação no Comitê de Ética (CEP) da Universidade do Estado do Pará, parecer de número 6.943.053.

Brincadeiras e interações de prevenção à violência sexual contra crianças

Destacamos que é de extrema importância que o trabalho de prevenção à violência sexual ocorra em diferentes frentes, tais como ações com pais, com a família e com a comunidade. Todavia, durante a pesquisa tornou-se inegável que o trabalho com as crianças tem o coração e as mãos dos professores participantes da pesquisa, por ser realizado cotidianamente, ao longo do ano todo, com atividades formais ou não formais, mas sempre intencionais em proteger cada criança.

Apresentamos a seguir 9 (nove) estratégias de interações e brincadeiras utilizadas pelos participantes da pesquisa para trabalhar a prevenção com as crianças da educação infantil da rede municipal de educação de Belém, com a intenção de que sejam recriadas, repensadas e utilizadas com todas as crianças ao nosso redor, sendo eles: semáforo do toque; música “Nisso e naquilo”; livro “Pipo e Fifi”; casa como símbolo lúdico; momento de higiene; música “o meu corpo é um tesourinho”; história “Não me toca seu boboca” e “história da Lara”.

Cabe mencionar que esses recursos por si só não são protetores, mas todos os participantes da pesquisa mencionaram a possibilidade que eles possuem, para, por meio do diálogo, as crianças com autonomia serem mais protegidas. Por meio da ludicidade, elas possuem a possibilidade de aprender a se protegerem e terem a quem recorrer como pessoa de segurança.

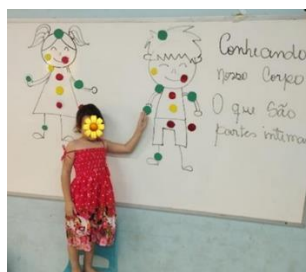
- **Semáforo do toque**

O semáforo do toque é uma estratégia de interação que pode ser produzido de diferentes maneiras. Durante a pesquisa, ele foi produzido pelos participantes de diferentes formas, inclusive brincadeiras, porém, todas com o mesmo objetivo de ensinar sobre partes do corpo, limite corporal e sobre a importância de a criança ter autonomia para dizer não e para fugir. Tendo em vista que as cores, assim como no semáforo de trânsito, representam movimento, o verde representa que toque ou carinho naquela parte do corpo pode seguir, pode acontecer; o amarelo significa atenção, ou seja, não são partes íntimas, mas são partes privadas, as quais as crianças podem dizer que não se sentem confortáveis com o toque ou exposição; já a cor vermelha representa o “pare”, são partes íntimas que não devem ser tocadas em segredo, nem como brincadeira ou carinho, representa o “pare” para quem tenta tocar e o “fuja” para quem é tocado.

Nas ações desenvolvidas pelos participantes Willames e Eliana (Relatório 12, 2024, p. 6), o semáforo do toque foi desenvolvido com impressões coloridas, ao explicar sobre o semáforo e a relação dele com o corpo da criança. As impressões continham um semáforo com as cores e o significado delas; bonecos de menino e menina com o corpo

todo e pequenos círculos verdes, amarelos e vermelhos para cada criança manusear e colocar as cores nas partes do corpo que consideram que podem ser tocadas, que merecem atenção e as que não podem ser tocadas, conforme figura 1 a seguir:

Figura 1: semáforo do corpo, relatório 12



Fonte: registro do acervo da pesquisa, 2024

Esses bonecos impressos foram utilizados para interação também como fantoches para conversar sobre a temática de forma lúdica com as crianças. A atividade foi desenvolvida na mesma turma em outro momento, utilizando o recurso do quadro branco com o desenho de um menino e de uma menina e círculos de papel colorido onde cada criança poderia ir ao quadro colar as cores do semáforo.

Como já era uma experiência que as crianças conheciam e que foi trabalhada de forma adequada e chamativa às suas idades (5 anos), as crianças pediram para brincarem de serem professoras uma das outras e, uma a uma, foram ao quadro e fizeram perguntas aos colegas sobre as partes do corpo. A brincadeira permaneceu até o momento de intervalo, assim, a brincadeira de proteção começou a fazer parte da própria produção das crianças.

Em outra escola, o semáforo foi trabalhado por meio de impressões em preto e branco para cada uma das crianças em diferentes turmas e idades da educação infantil. Alguns realizaram sentados em rodinha no chão, outras turmas sentadas à mesa, porém, foi unânime que houvesse diálogo antes e depois da atividade. Após diálogo com as educadoras, as crianças, com o lápis de cor, pintaram as partes do corpo a partir das cores e do significado do semáforo no corpo.

Para as professoras que propuseram a atividade, ela é pertinente “para indicar as partes do corpo onde elas podem ou não ser tocadas por outras pessoas, e como reagir se isso acontecer. O objetivo é que as crianças aprendam a se proteger e a denunciar situações de violência” (Lilian; Marta, relatório 16, 2024, p.4).

O resultado dessa atividade foi atenção na escolha das cores e diálogo não somente sobre as suas atividades individuais, mas sobre as atividades dos colegas, pois foi realizado um mural onde todas as pinturas ficaram expostas, permitindo que as crianças visualizassem quais eram os pontos em comum e diferentes, mas abordando que as partes íntimas não podem ser consideradas na cor verde ou amarela jamais.

Já na escola da diretora Lucelina (relatório 3, 2024, p.3), além de ser utilizado em sala de aula com as crianças das turmas, o semáforo do toque foi às ruas durante a caminhada em formato de banner com a legenda nas cores representando onde pode, onde merece atenção e onde não pode tocar nas crianças. Demonstrando, assim, aos responsáveis e à comunidade que as crianças sabem quais são as partes do corpo, quais são as partes íntimas e que estão sendo educadas a dizer não.

Uma atividade como essa, simplesmente por estar exposta para a comunidade, já possui potencial protetivo, pois demonstra que a marcha em defesa das crianças não é somente a culminância de um evento, mas demonstra como a escola está trabalhando em prol da formação de prevenção das crianças.

Já a professora Lua (relatório 18, 2024, p. 1) utilizou o semáforo juntamente com fantoches e realizou uma contação de história sobre o toque nas partes do corpo e como dizer não: “Trabalhamos com as crianças a história

‘Semáforo do corpo’ procurando que elas interagissem e partilhassem experiências. Após a história, as crianças foram convidadas para marcarem em um desenho as partes do corpo conforme a história”.

Assim, em um ambiente propício à contação de histórias e diferente da sala de aula, a atividade trabalhou de forma lúdica, na biblioteca, a escuta, a atenção, o diálogo, o relato de experiências, o conhecimento sobre as partes do corpo e a identificação de partes do corpo que não devem ser tocadas, a não ser que seja por questões de saúde ou higiene.

Além dos fantoches, a educadora utilizou cavalete e cartolinas para desenhar uma menina, na qual as crianças, uma a uma, pintaram as cores de acordo com o semáforo do toque no corpo do desenho com giz de cera.

Assim, a atividade do semáforo do toque foi realizada de diferentes formas e utilizando diferentes materiais, e demonstra que recursos extremamente caros não são cruciais para atividades de prevenção, a intencionalidade determina mais do que os recursos materiais.

- **Música “Nisso e naquilo”**

Outra atividade de interação entre as crianças que se repetiu nas escolas dos participantes da pesquisa foi a utilização da música “Nisso e naquilo” (Boneca Jujú: Letícia Santos), a utilizar somente a reprodução da música em caixa de som ou o recurso da luva musical, resultando em diferentes diálogos entre as crianças. A letra da música:

Nisso e Naquilo

Várias partes o meu corpo tem
cabeça, boca, pé e pernas também
algumas partes ficam bem escondidinhas
e uma delas fica em baixo
da minha barriguinha.
Nelas ninguém pode tocar não
se não tiver a minha permissão.
Se desobedecer e nelas tocar

eu vou correndo pra mamãe contar.
Se não resolver eu tenho que pensar
quem é a pessoa que pode me ajudar
titia, vovó, professor, um irmão
um deles terá a solução.
Nisso e naquilo ninguém pode mexer
nisso e naquilo eu tenho que proteger
nisso e naquilo ninguém pode tocar não
porque eu sou corajoso e não aceito não.

As professoras Ana e Mércia (relatório 10, 2024, p. 3) optaram por tocar a música na caixa de som, cantar e fazer a coreografia com as crianças. A coreografia consiste em apontar para as partes do corpo, o que fez com que as crianças se mexessem bastante e ficassem animadas com a atividade. Para as professoras: “com a canção podemos explicar para as crianças como é importante cuidar e proteger as partes íntimas de seu corpo e que elas devem dizer NÃO e contar para uma pessoa que ela goste e confie quando alguma pessoa se aproxima com o intuito de tocar nela”.

Como resultado da utilização da música, as professoras afirmaram que o tema ficou leve para ser abordado e as crianças conseguiram participar ativamente, não somente recebendo um conteúdo, conseguiram conversar entre si com a sua própria linguagem e ensinarem umas às outras. No começo, ficaram um pouco tímidas, mas no decorrer do diálogo, da coreografia e da música foram ficando mais seguras para falarem sobre seus corpos e seu direito de serem protegidas.

A música foi utilizada em outras escolas, tendo o recurso luva musical como seu complemento. As coordenadoras Lilian e Marta (relatório 16, 2024, p. 1) a incluíram “na rotina das turmas. As atividades lúdicas foram ajustadas para cada faixa etária e grau de maturidade da criança”. A luva musical foi impressa em papel laranja (figura 2), cor da prevenção à violência sexual, contendo os personagens da música: titia, vovó, professor, irmão e contendo um espaço em branco para a criança incluir outra pessoa que pode ser considerada de confiança a quem possa recorrer. Após a professora cantar e demonstrar a luva, as crianças também a manusearam e falaram sobre as pessoas de confiança que as cercam.

Figura 2: luva musical, relatório 16



Fonte: registro do acervo da pesquisa, 2024

Já a versão utilizada pela professora Drica (relatório 18, 2024), além de apresentar as pessoas mencionadas pela música, contém as partes do corpo que aparecem na música e é disposta em formato de dedos, o que possibilita movimento dos personagens e o movimento de “não” com o dedo indicador.

- **Livro “Pipo e Fifi”**

“Pipo e Fifi” é um livro de Carolina Arcari em que os personagens principais são monstros, que usam fralda e, quando crescem, usam calcinha e cueca. A obra mostra o que são partes íntimas e quem pode e em que circunstâncias tocar nelas, demonstrando o toque do sim e o toque do não.

A utilização do livro Pipo e Fifi também ocorreu em diferentes escolas dos participantes da pesquisa, seja na versão para bebês ou para crianças. Na escola do professor Willames e da diretora Eliana, além do livro ter sido enviado aos pais, foi lido em diferentes dias na rotina da escola em sala de aula.

A professora Lua, além de realizar a contação para as crianças, distribuiu impressões para que as crianças realizassem a pintura dos personagens da história. Além de pintar os personagens, o livro apresenta recursos interativos para serem realizados com os bebês, como colagens e atividades de pintura, jogos, desenhos e colagens para crianças.

Já as professoras Ana e Mércia (relatório, 10, 2024, p.2), após finalizarem a contação da história, trabalharam perguntas às turmas de bebês e crianças tais como: quais toques podem ser feitos? As crianças responderam:

- Pode pegar na mão para atravessar a rua.
- Pode fazer cafuné.
- Pode pegar na mão.
- Pode passear de mãos dadas com a mãe.
- Pode contar pra professora se o homem quiser pegar na gente.
- Pode brincar com os colegas.
- Se a gente quiser a gente abraça, se a gente não quiser a gente não abraça.

Quando foram questionadas sobre o que não pode, as crianças ainda que pequenas foram prontas em responder (Ana e Marcia, relatório, 10, 2024, p.2):

- Não pode tocar nas partes íntimas das crianças.
- Não pode aceitar brinquedos de pessoas na rua.
- Não pode brincar na piscina com estranhos.
- Não pode mexer com a gente dormindo.
- Não pode receber carinho em segredo.

-Pessoa tá mexendo nas partes íntimas da criança, depois a polícia chegou para prender a pessoa.

Por meio de livro adequado à faixa etária da criança e com a condução intencional dos adultos, que fazem a leitura, é possível ajudar as crianças a terem autonomia para saber e para dizer o que pode e o que não pode ser feito com elas.

- **Música “o seu corpo é um tesourinho”**

A música de Quelly Silva: “o seu corpo é um tesourinho” tornou-se brincadeira na escola das professoras Lílian e Marta (relatório 16, 2024) no formato história musicada. Ensinaram as crianças a cantarem a música e a dialogar sobre ela. Em outro momento, as crianças apresentaram a música à escola, conforme.

A música, cantada originalmente por uma criança em conversa com o pai, apresenta o corpo como algo que precisa ser cuidado e valorizado, tal como um tesouro. Aborda também a temática do segredo, o qual não pode existir quando se trata de alguém tocar o corpo da criança, assim, trata também da pessoa de confiança a quem a criança deve recorrer e contar e a respeito do medo, que a criança não precisa ter em compartilhar a situação com alguém que poderá ajudá-la. Assim, a música, com toda sua ludicidade, trabalha dois pilares utilizados pelos abusadores para continuarem a violentar, que são o segredo e o medo. A letra da música está disposta a seguir:

O seu corpo é um tesourinho

Filha, o papai tem um assunto muito importante pra conversar com você.

Ahram, sobre o que papai?

O seu corpo é um tesourinho, tão precioso você tem que guardar, Se alguém tocar em você, você não pode esse segredo esconder.

Fale pra o papai, conte pra mamãe,

Fale com seu professor,

Se alguém tocou em você

e você triste ficou,

Fale para alguém.

Não tenha medo, não guarde

segredo, Conte pra alguém,

Não tenha medo, não guarde segredo.

Então você aprendeu filha?

Sim, papai aprendi.

- **Desenho de pessoa de confiança**

Outra atividade desenvolvida sobre pessoa de confiança foi a do professor Willames e da diretora Eliana (relatório 12, 2024). Após outras atividades sobre prevenção já terem sido realizadas durante o ano letivo, as crianças foram convidadas a identificar e desenhar uma pessoa de confiança com quem contariam caso passassem por alguma situação de violência, uma pessoa a quem sabiam que poderiam recorrer.

O resultado foram desenhos de mães, pais, tias e de uma professora da escola, o que demonstra que a escola tem se posicionado como protetora, ao ponto de as crianças contarem com o cuidado dos professores e não somente com o ensino.

- **História “Não me toca, seu boboca”**

A professora Lua (relatório 18, 2024) realizou a contação da história “Não me toca, seu boboca”, de Andrea Taubman. O livro conta a fábula de vários animais filhotes que brincavam na praça do bairro até que chegou o Tio Pipoca, um lobo mais velho que era muito bonzinho e fazia de tudo para conquistar a amizade das crianças, até que em certo momento ele tentou tocar no cabelo da coelha Ritoca, que conseguiu impedi-lo ao fugir e pedir ajuda.

A fábula, apesar de ser lúdica, colorida, com linguagem adequada para as crianças, retrata com precisão como se dá o processo de aliciamento, o perigo em ter segredo a esconder, em aceitar presentes e convites. Além da coragem e autonomia em dizer “não”.

- **“História da Lara”**

A história da Lara foi utilizada pelas professoras Lilian e Marta (relatório 16, 2024), é uma adaptação da professora Rozilaine Pedroso Renato da história “não me toca, seu boboca”, porém ela acontece com personagens que são crianças. A protagonista é uma criança chamada Lara e o abusador se chama João. A história é organizada no formato “história na lata”. A professora vai retirando as imagens da lata e no verso dela tem a história. As crianças ficaram atentas e ansiosas a cada imagem retirada da lata.

Em suma, além de teorizarmos e dialogarmos sobre a prevenção à violência sexual contra crianças, também é necessário que desenvolvamos ações de prevenção com as condições que temos e com as frentes em que atuamos, seja com crianças nas escolas, com pais e responsáveis, com a formação de professores, com trabalhos com a comunidade ou com as crianças que chegam até nós no nosso cotidiano. Cientes de que a proteção da infância é responsabilidade de todos. Nesta seção, pudemos demonstrar algumas ações que podem ser reinventadas por cada adulto protetor.

Considerações finais

Diante disso, o objetivo de “investigar como o brincar nas ações da educação infantil de Belém-PA pode ser protetor contra violência sexual” foi alcançado por meio da partilha de experiências das ações desenvolvidas com crianças no chão das escolas de educação infantil da cidade, brincadeiras e interações que resultaram em infinitas possibilidades de as crianças conhecerem sobre proteção com autonomia por meio da ludicidade presente em músicas, em diálogos, em contação de histórias e no faz de conta.

Logo, um tema complexo e doloroso como a violência sexual pode e deve ser abordado com leveza e cientificidade por profissionais das infâncias. As brincadeiras e interações com as crianças



não nos dão 100% de certeza de que elas não passarão por experiências de violência sexual, mas elas reduzem drasticamente as estatísticas das crianças nem se quer reconhecerem a violência e por isso permanecerem passando por ela por meses e anos. Nos nossos resultados, encontramos falas de bebês de dois anos de idade que já sabem dizer quais carinhos são aceitáveis ou não, que já aprenderam a dizer não, a dizer a sua palavra.

A pesquisa aprende com os profissionais da infância e torna-se uma literatura que contribui para a formação de professores, principalmente da Educação Infantil, os quais possuem a responsabilidade de educar e cuidar por meio do brincar. Contribuição que se estende a todos os profissionais da educação em todas as suas etapas, pois a responsabilidade pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes é de toda a comunidade. Além disso, como demonstrado na pesquisa, esse é um tema carente nos currículos da formação de professores.

Referências

ARROYO, Miguel. **Imagens Quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A Educação Participante: um momento da Educação Popular. Uberlândia, MG: **Revista Educação Popular**, v. 6, 2007.

BRASIL. **Boletim epidemiológico**, Brasília, v.54, n.8, Mai. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-08>>. Acesso em: 24 jun. 2023

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 16 out. 2024.

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. **Pesquisa Colaborativa**: investigação, formação e produção de conhecimentos. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Estudos da infância e sociedade contemporânea: desafios conceptuais. **Revista O Social em Questão. Revista da PUC-Rio de Janeiro**, XX, nº21, p. 1-31, 2009.

